



[Declaração n.º 1/2026/1, de 2 de janeiro](#)

Renúncia de vogal da Comissão Independente de Acompanhamento e Fiscalização das Medidas Especiais de Contratação Pública. (Andreia Belisa Gomes Júnior de Araújo Lima).

Entrada em Vigor | Produção de efeitos: produz efeitos a 02.01.2026.

[Oficio-circulado n.º 25101/2026, de 2 de janeiro](#)

IVA - Orçamento do Estado para 2026. Alterações ao Código do IVA e Legislação Complementar

Entrada em Vigor | Produção de efeitos: produz efeitos a 01.01.2026.

[Regulamento n.º 3/2026, de 5 de janeiro](#)

Altera o Regulamento de Quotas e outros Encargos da Ordem dos Engenheiros.

Entrada em Vigor | Produção de efeitos: entra em vigor a 06.01.2026.

[Ofício-circulado n.º 40129/2026, de 6 de janeiro](#)

IMT - Tabelas práticas em vigor a partir de 01 de janeiro de 2026

Entrada em Vigor | Produção de efeitos: produz efeitos a 01.01.2026.

[Lei n.º 1/2026, de 6 de janeiro](#)

Reforça as medidas urgentes de apoio às vítimas dos incêndios, alterando o Decreto-Lei n.º 98-A/2025, de 24 de agosto, que estabelece medidas de apoio e mitigação do impacto de incêndios rurais.

Entrada em Vigor | Produção de efeitos: entra em vigor a 07.01.2026.

Lei n.º 2/2026, de 6 de janeiro

Autoriza o Governo a aprovar um regime jurídico que regula determinados aspectos da organização do tempo de trabalho dos trabalhadores móveis em atividades de transporte rodoviário e a transpor para a ordem jurídica interna várias diretivas.

Entrada em Vigor | Produção de efeitos: ---.

Lei n.º 3/2026, de 6 de janeiro

Completa a transposição da Diretiva 2005/36/CE, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais.

Entrada em Vigor | Produção de efeitos: entra em vigor a 07.01.2026.

Regulamento n.º 7/2026, de 6 de janeiro

Aprova o Regulamento da Mobilidade Elétrica e revoga o Regulamento n.º 854/2019, 4 de novembro.

Entrada em Vigor | Produção de efeitos: entra em vigor a 07.01.2026. O presente regulamento produz efeitos a 07.01.2026, com exceção das matérias relativas às instalações de consumo não exclusivas para a mobilidade elétrica com pontos de entrega internos no Capítulo II do Título III e o Artigo 106.º, as quais produzem efeitos a 06.07.2026.

Regulamento n.º 8/2026, de 6 de janeiro

Altera o Regulamento do Autoconsumo do setor elétrico, o Guia de Medição, Leitura e Disponibilização de Dados do setor elétrico, o Regulamento de Qualidade de Serviço dos Setores Elétrico e do Gás e o Regulamento de Relações Comerciais dos Setores Elétrico e do Gás.

Entrada em Vigor | Produção de efeitos: entra em vigor a 06.07.2026.

Lei n.º 3/2026, de 6 de janeiro

Completa a transposição da Diretiva 2005/36/CE, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais.

Entrada em Vigor | Produção de efeitos: entra em vigor a 06.07.2026.

Despacho n.º 233-A/2026, de 6 de janeiro

Aprova as tabelas de retenção na fonte sobre rendimentos do trabalho dependente e pensões auferidas por titulares residentes no continente para vigorarem durante o ano de 2026.

Entrada em Vigor | Produção de efeitos: entra em vigor a 07.01.2026 e produz efeitos a 01.01.2026.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 2/2026, de 8 de janeiro

Aprova a Agenda Nacional de Inteligência Artificial e o respetivo modelo de governação.

Entrada em Vigor | Produção de efeitos: entra em vigor a 09.01.2026.

Portaria n.º 16/2026/1, de 12 de janeiro

Estabelece os requisitos a que fica sujeita a atribuição de licença para o exercício da atividade de operação de pontos de carregamento, as regras procedimentais aplicáveis ao respetivo procedimento e o regime aplicável à comunicação prévia, previstos nos artigos 9.º a 11.º do Decreto-Lei n.º 93/2025, de 14 de agosto, que estabelece o regime jurídico da mobilidade elétrica, aplicável à organização, acesso e exercício das atividades relativas à mobilidade elétrica.

Entrada em Vigor | Produção de efeitos: entra em vigor a 13.01.2026.

Ofício-circulado n.º 20286/2026, de 15 de janeiro

Alteração e harmonização do prazo para cumprimento de diversas obrigações acessórias - Decreto-Lei n.º 49/2025, de 27 de março.

Entrada em Vigor | Produção de efeitos –

Circular n.º 1/2026, de 15 de janeiro

Retenção na fonte sobre rendimentos do trabalho dependente e pensões. Tabelas de retenção - Continente, a partir de 1 de janeiro de 2026

Entrada em Vigor | Produção de efeitos – produz efeitos a 01.01.2026.

Aviso n.º 822/2026/2, de 16 de janeiro

Taxa supletiva de juros de mora relativa ao 1.º semestre de 2026.

Entrada em Vigor | Produção de efeitos: ---.

Resolução da Assembleia da República n.º 13/2026, de 26 de janeiro

Recomenda ao Governo que promova a conciliação da vida pessoal e profissional e crie incentivos às empresas que adotem práticas nesse sentido.

Entrada em Vigor | Produção de efeitos: ---.

Lei n.º 5-A/2026, de 28 de janeiro

Aprova regras de transparência aplicáveis a entidades privadas, nacionais e estrangeiras, que realizam representação legítima de interesses junto de entidades públicas e cria o Registo de Transparência da Representação de Interesses.

Entrada em Vigor | Produção de efeitos: entra em vigor a 27.07.2026.

Despacho n.º 990/2026, de 29 de janeiro

Delega no conselho diretivo do Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I. P., a competência para autorizar a celebração de contratos ao abrigo dos artigos 15.º e 16.º da Lei n.º 73-A/2025, de 30 de dezembro, que aprova o Orçamento do Estado para 2026. (contratos de aquisição de serviços e de estudos, pareceres, projetos e serviços de consultoria, bem como quaisquer trabalhos especializados e a representação judiciária e mandato forense).

Entrada em Vigor | Produção de efeitos: ---.

Decreto-Lei n.º 29-A/2026, de 30 de janeiro

Altera o valor da base remuneratória e atualiza os valores das remunerações da Administração Pública.

Entrada em Vigor | Produção de efeitos: entra em vigor a 31.01.2026 e produz efeitos a 01.01.2026.

Portaria n.º 51-B/2026/1, de 30 de janeiro

Fixa a atualização do subsídio de refeição, para os trabalhadores da Administração Pública, com efeitos a 1 de janeiro de 2026.

Entrada em Vigor | Produção de efeitos: entra em vigor a 31.01.2026 e produz efeitos a 01.01.2026.

Ofício-circulado n.º 20287/2026, de 30 de janeiro

IRC - Taxas de derrama municipal incidentes sobre o lucro tributável do IRC do período fiscal de 2024.

Entrada em Vigor | Produção de efeitos: produz efeitos a 01.01.2026.



Resolução do Conselho de Ministros n.º 15-B/2026, de 30 de dezembro

Declara a situação de calamidade na sequência dos danos causados pela tempestade Kristin.

Entrada em Vigor | Produção de efeitos: produz efeitos a 29.01.2026.

Em caso de necessidade de algum esclarecimento complementar, contacte:

Serviços da AICCOPN: T: +351 223 402 200 | geral@aiccopn.pt